NEAB

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC

NÚCLEO DE ESTUDOS AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS DA UFABC

DOSSIÊ

Profª. Drª. Matilde Ribeiro

Dossiê produzido como subsídio para a indicação da Professora Matilde Ribeiro para o título de Dra. Honoris Causa pela Universidade Federal do ABC

MARÇO/2021

DOCUMENTOS

1. Carta de indicação do NEAB/UFABC
2. Currículo lattes da indicada
3. Outros documentos de interesse

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
NÚCLEO DE ESTUDOS AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS

Carta ao Conselho Universitário (CONSUNI) da Universidade Federal do ABC (UFABC)

O Núcleo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros (NEAB) da Universidade Federal do ABC - núcleo criado pela Portaria da Reitoria n. 262 de 07 de agosto de 2017 e cuja atuação está relacionada à promoção de estudos e ações para a igualdade racial - vem solicitar a este conselho a concessão do título de Doutora *Honoris Causa* à Profa. Dra. **Matilde Ribeiro**.

Nascida em 29 de julho de 1960, na cidade de Flórida Paulista, interior de São Paulo, **Matilde Ribeiro** se graduou em Serviço Social em 1983, obteve o título mestre em Psicologia Social em 1999 e doutora em Serviço Social em 2013, sempre pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. É professora adjunta na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), faz parte do Instituto de Humanidades, integra o Curso de Pedagogia e está alocada no Campus Liberdade, na cidade de Redenção/CE. Foi professora na FAPSS/SP - Faculdade Paulista de Serviço Social entre 2010 e 2013, e no Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU, em 2002. Integrou a Equipe de Transição de Governo em 2002, com o fim da gestão de Fernando Henrique Cardoso e início da gestão de Luís Inácio Lula da Silva, tornando-se, em seguida, ministra da Secretaria de Políticas de Promoção para a Igualdade Racial. Cargo que ocupou de 2003 a 2008. Militante feminista e da luta antirracismo, **Matilde Ribeiro** atua nesses movimentos desde a década de 1980, integrando diversos grupos e organizações, prestando consultoria e contribuindo na elaboração de demandas a serem apresentadas ao Poder Público visando a promoção da equidade de gênero e raça no País. Invariavelmente buscou aliar as atividades acadêmicas com a vida profissional e a militância. Em paralelo participou das intensas manifestações pela redemocratização do País que marcaram o fim daquela década. Na graduação fez estágio junto ao Serviço de Assistência Social da Prefeitura de Osasco, atuando com crianças em situação de rua.

Seu Trabalho de Conclusão de Curso teve como título **"***O homem, seu trabalho, sua vida. Em que medida a cultura é determinada e/ou altera as relações no cotidiano do trabalhador?"*, ponto de partida para sua iniciação cientifica, voltada para reflexões sobre a realidade do mundo do trabalho. Logo que se formou passou a atuar como assistente social nas creches das cidades de Osasco e São Paulo, ocupando posteriormente cargos de supervisora e diretora. Teve atuação de destaque, entre 1987 e 1995 na organização não governamental SOF – Sempreviva, Organização Feminista que assessorava movimentos de saúde das periferias da Zona Leste e Zona Sul da cidade de São Paulo. A partir daquela experiência ampliou sua atuação contribuindo com projetos de formação para os grupos de mulheres do movimento sindical, popular, partidário e negro, em várias localidades do país. Assessorou e deu consultoria a projetos voltados as mulheres e relações de gênero para prefeituras das cidades de Angra dos Reis, Piracicaba, Porto Alegre, Santo André, Itabuna, Recife, dentre outras.

No ano de 1997 passou a coordenar a Assessoria dos Direitos da Mulher da prefeitura de Santo André. Buscando outras ferramentas para atuar junto às populações mais vulneráveis, no mesmo ano ingressou no mestrado pesquisando os processos de construção de consciência coletiva, e as questões de gênero e raça e, sob orientação da professora Bader Sawaia, do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da PUC-SP, defendeu a dissertação Gênero e raça no processo do orçamento participativo: Santo André, 1997-1998.

O conhecimento acadêmico, a experiência profissional e a prática militante levaram-na a contribuir na implementação de projetos e programas voltados às mulheres nos diversos setores da PMSA e para o desenvolvimento de políticas públicas com a perspectiva de gênero: Combate à Violência; Atenção à Saúde da Mulher; Educação e Geração de Renda; Mulher, Organização e Cultura; Servidores e Cidadania. Naquele período foi criada a primeira Casa Abrigo Regionalizada do país e o Grupo sobre Políticas de Gênero do Consorcio Intermunicipal do ABC.

Aquela experiência contribuiu para um maior conhecimento das interações e articulações possíveis entre o poder público e os movimentos sociais, visando à melhoria da qualidade de vida a partir de "leituras de gênero". De maneira a aprimorar seu trabalho e compreender as interfaces entre o "pensamento verde", dos ecologistas, no ano de 2000 fez especialização na área de gestão ambiental da

Universidade São Paulo (USP), finalizado com a monografia **"**Gestão Ambiental: participação popular e relações de gênero".

Em 2001, desligada da PMSA e prestando consultoria ao Centro de Estudos sobre Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT) e as Comissões de Mulheres e Negros do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC, em São Bernardo do Campo), ingressou no doutorado junto ao Programa de Estudos Pós Graduados em Serviço Social da PUC/SP. Pesquisa essa interrompida quando de sua posse como ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, mas retomada em 2008 com um novo projeto, sob orientação de Maria Lucia Carvalho da Silva, concluído com a tese "Institucionalização das políticas de promoção da igualdade racial no Brasil: percursos e estratégias - 1986 a 2010".

Ainda nesse ano foi convidada pelo então prefeito da cidade de São Paulo para ocupar o cargo de Secretária adjunta da Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial – SMPPIR, onde permaneceu até 2014, tomando posse, em seguida, como professora na UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Certas(os) de que as(os) conselheiras(os) terão a sensibilidade e o espírito público para aprovar a decisão aqui sugerida, as(os) integrantes do NEAB se colocam à disposição para sanar quaisquer dúvidas relativas à demanda apresentada.

São Paulo, 06 de março de 2021

Profa. Dra. Regimeire Oliveira Maciel (CECS/UFABC)
Coordenadora do Núcleo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros
(NEAB/UFABC)

Matilde Ribeiro

Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/1384417185342430
ID Lattes: **1384417185342430**
Última atualização do currículo em 03/03/2021

Matilde Ribeiro é graduada em Serviço Social (1983), mestre em Psicologia Social (1999) e Doutora em Serviço Social (2013) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Realizou curso de especialização em Gestão Ambiental na Universidade de São Paulo; e, curso de especialização em Técnica Aplicada ao Psicodrama Pedagógico junto ao Grupo de Estudos de Técnicas Psicodramáticas (GETEP-SP). É professora adjunta na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), faz parte do Instituto de Humanidades, integrando o Curso de Pedagogia. Está alocada no Campus Liberdade, na cidade de Redenção/CE. Integra o Conselho da Revista Estudos Feministas. Faz parte do Conselho AFRICA, do Instituto LULA. Foi, também, professora na FAPSS/SP - Faculdade Paulista de Serviço Social (2010 a 2013), e, na FMU/SP - Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas, em 2002. Foi Ministra da Igualdade Racial no Governo Federal (2003 e 2008); integrou a Equipe de Transição de Governo em 2002, e, a Coordenação do Programa de Governo do candidato às eleições presidenciais Luiz Inácio Lula da Silva. Foi, também, Secretária Adjunta na SMPIR - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial da Prefeitura de São Paulo (2013-2014), e, Assessora dos Direitos da Mulher na PMSA - Prefeitura de Santo André (1997-2001). Integrou a equipe técnica da Sempre Viva Organização Feminista (1987-1995) e do Instituto Cajamar Formação Politica para Trabalhadores (1996-1997). A experiência profissional concentra-se na área de gestão pública (políticas de gênero e raça); docência em nível superior em instituições públicas e privadas; e, assessoria a Movimentos Sociais. A militância politica desenvolve-se junto ao movimento negro, de mulheres negras, e, feminista. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Matilde Ribeiro
Nome em citações bibliográficas	RIBEIRO, M.;RIBEIRO, MATILDE
Lattes iD	http://lattes.cnpq.br/1384417185342430

Endereço

Endereço Profissional	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades. Avenida Abolição, 03 Centro 62790000 - Redenção, CE - Brasil Telefone: (85) 33326101

Formação acadêmica/titulação

2008 - 2013	Doutorado em Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Título: A institucionalização das políticas de igualdade racial no Brasil no periodo de 1986-2010, Ano de obtenção: 2013. Orientador: Maria Lúcia Carvalho da Silva. Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil. Palavras-chave: institucionalização das politicas de igualdade rac; políticas públicas; ações afirmativas. Setores de atividade: Administração pública, defesa e seguridade social.

1996 - 1999 Mestrado em Psicologia (Psicologia Social) (Conceito CAPES 4).
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.
Título: Gênero e raça no orçamento participativo, 1997/98 ? Santo André,Ano de Obtenção: 1999.
Orientador: Bader Sawaia.
Palavras-chave: orçamento participativo; genero e raça; genero e raça no orçamento participativo.
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas
Setores de atividade: Saúde e Serviços Sociais.

2000 - 2000 Especialização em Gestão Ambiental. (Carga Horária: 500h).
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
Título: Gestão ambiental, participação popular e relações de gênero.
Orientador: Angela Maria Pereira da Silva.

1985 - 1987 Especialização em Técnica Aplicada ao Psicodrama Pedagógico.
Grupo de Estudos de Técnicas Psicodramáticas, GETEP, Brasil.
Título: Psicodramista.
Orientador: Maria Alice Vassimon.

1980 - 1983 Graduação em Serviço Social.
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.
Título: O homem, seu trabalho, sua vida. Em que medida a cultura é determinada e ou altera as relações no cotidiano do trabalhador?.
Orientador: Isaura Isoldi de Melo Castanho.

Formação Complementar

2019 - 2019 Curso de Formação Básica no Magistério Superior. (Carga horária: 60h).
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB, Brasil.

2009 - 2009 Intensive English Program. (Carga horária: 315h).
The International Language Institute of Massachusetts, ILI, Estados Unidos.

2008 - 2008 Global Affirmative Action (GAAPP). (Carga horária: 30h).
The African American Policy Forum - Ucla School, UCLA, Estados Unidos.

2001 - 2001 Program Women in Political Leadership. (Carga horária: 30h).
league of Womwn Voters, LWV, Estados Unidos.

1998 - 1998 Extensão universitária em Ingles Instrumental Nivel 1. (Carga horária: 30h).
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.

1998 - 1998 Relações Raciais no Brasil.
Faculdade de Psicologia da Universidade São Paulo e e Centro de Estudos sob, USP E CEERT, Brasil.

1997 - 1997 Formação em Gestão Pública Municipal.
Instituto de Governo e Cidadania do ABC, IGC ABC, Brasil.

1996 - 1996 Extensão universitária em II Curso de Postítulo: Gênero, Educação e Desenvol.
Serviço Universitário Mundial, SUM, Chile.

1996 - 1996 Formação de Moderadores de Processos de Discussão.
Fundação Friedrich Ebert Stiftung, FFES, Brasil.

1996 - 1996 Raça e Diversidade.
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

1993 - 1993 II Programa de Estudos em Saúde Reprodutiva e Se.
Núcleo de Estudos de População da Universidade de Campinas, NEP-UNICAMP, Brasil.

Atuação Profissional

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - BA, UNILAB-BA, Brasil.

Vínculo institucional

2014 - Atual Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Professora Adjunta - CE, Regime: Dedicação exclusiva.

Outras informações Linha de pesquisa: políticas públicas de igualdade racial, desenvolvimento e territorialidade

Vínculo institucional

2015 - 2017 Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: diretora de unidade, Carga horária: 40

Outras informações direção de unidade

Presidência da República Governo Federal do Brasil, PR-GFB, Brasil.

Vínculo institucional

2003 - 2008 Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Ministra de Estado, Regime: Dedicação exclusiva.

Atividades

2003 - 2008 Direção e administração, Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial, .
Cargo ou função
Ministra de Estado.

Secretaria Municipal de Promoção da Iguladade Racial, SMPIR, Brasil.

Vínculo institucional

2013 - 2014 Vínculo: , Enquadramento Funcional: Secretaria Adjunta, Regime: Dedicação exclusiva.

Faculdade Paulista de Serviço Social de S Caetano, FAPSS, Brasil.

Vínculo institucional

2010 - 2013 Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Professor

Outras informações Disciplina ministrada: Fundamentos Históricos, Teóricos e Motodológicos em Serviço Social.

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, SMABC, Brasil.

Vínculo institucional

2009 - 2013 Vínculo: Assessoria, Enquadramento Funcional: Assessor, Carga horária: 20

Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas, FMU, Brasil.

Vínculo institucional

2002 - 2002 Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: professora

Atividades

2002 - 2002 Ensino, Serviço Social, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Métodos, Técnicas de Pesquisa e de Políticas Sociais

Prefeitura Municipal de Santo André, PMSA, Brasil.

Vínculo institucional

1997 - 2001 Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: assistente social

Atividades

1997 - 2001 Direção e administração, Secretaria de Cidadania e Ação Social Prefeitura Santo André, .
Cargo ou função
Coordenadora da Assessoria dos Direitos da Mulher.

Instituto Cajamar ? Formação Política para Trabalhadores, IC-FPT, Brasil.

Vínculo institucional

1995 - 1996 Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Educadora e Coordenadora

Atividades

1995 - 1996 Direção e administração, Programa Relações Sociais de Gênero, .
Cargo ou função
Coordenadora.

Sempreviva Organização Feminista, SOF, Brasil.

Vínculo institucional

1987 - 1995 Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Educadora e Coordenadora

Atividades

1987 - 1995 Direção e administração, Programas de Formação em Gênero e Direitos Reprodutivos, .
Cargo ou função
coordenadora.

Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP, Brasil.

Vínculo institucional

1986 - 1987 Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Diretora de Creche

Atividades

1986 - 1987 Direção e administração, Secretaria de Promoção Social, .
Cargo ou função
Diretora da Creche São Nicolau.

Prefeitura Municipal de Osasco, PMO, Brasil.

Vínculo institucional

1984 - 1986	Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: assistente social

Atividades

1984 - 1986	Direção e administração, Fundação Progresso de Osasco, . Cargo ou função Assistente Social, supervisora de creches.

Membro de corpo editorial

2008 - 2010	Periódico: Revista Direitos Humanos - SEDH/PR
1992 - Atual	Periódico: Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso)

Áreas de atuação

1.	Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Serviço Social / Subárea: Serviço Social Aplicado.
2.	Grande área: Ciências Humanas / Área: Psicologia / Subárea: Psicologia Social.
3.	Grande área: Outros / Área: Ciências Ambientais.

Idiomas

Inglês	Compreende Razoavelmente, Fala Razoavelmente, Lê Razoavelmente, Escreve Razoavelmente.
Espanhol	Compreende Bem, Fala Razoavelmente, Lê Bem, Escreve Razoavelmente.

Prêmios e títulos

2013	Doutora em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP.
2003	Ministra de Estado, Presidência da República Governo Federal do Brasil.
1999	Mestre em Pscologia Social, Pontificia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica

1. **RIBEIRO, M.**. Politicas de Igualdade Racial e Educação Superior: perspectivas e desafios. novos olhares sociais, v. V.1, p. 111-130, 2018.
2. **RIBEIRO, M.**; ARAUJO, E. L. . Entrevista com Abdias Nascimento: Descobertas Instigantes. CAPOEIRA - REVISTA DE HUMANIDADES E LETRAS, v. V. 1, p. 92-104, 2015.
3. **RIBEIRO, MATILDE**. Políticas de promoção da igualdade racial: impulso às ações afirmativas e à educação étnico-racial. REVISTA PEDAGÓGICA (UNOCHAPECÓ. IMPRESSO), v. 16, p. 109-126, 2015.
4. **RIBEIRO, M.**. Dosiê 120 anos de Abolição e Escravidão - Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso), v. 16, p. 987-1004, 2009.

   Citações: SCOPUS 2
5. **RIBEIRO, M.**; PIOVESAN, F. . Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. Revista Estudos Feministas, v. 16, p. 879-885, 2009.

   Citações: SCOPUS 1
6. SANTOS, S. A. ; CAVALLEIRO, E. ; BARBOSA, M. I. S. ; **RIBEIRO, M.** . Ações afirmativas: polêmicas e possibilidades sobre igualdade racial e o papel do Estado. Revista Estudos Feministas, v. 16, p. 913-947, 2008.
7. **RIBEIRO, M.**. Las mujeres negras em la lucha por sus derechos. Nueva Sociedad, v. 218, p. 131-147, 2008.

8. **RIBEIRO, M.**. O feminismo em novas rotas e visões. Revista Estudos Feministas, v. 14, p. 801-811, 2006.

Citações: SciELO 15 | SCOPUS 4

9. **RIBEIRO, M.**. As abordagens étnico-raciais no Serviço Social. Serviço Social & Sociedade, v. 79, p. 148-161, 2006.

10. ⭐ **RIBEIRO, M.**. Mulheres Negras Brasileiras: de Bertioga a Beijing. Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso), v. 3, p. 446-457, 1995.

Livros publicados/organizados ou edições

1. **RIBEIRO, M.**; ASSIS, M. I. ; EURICO, M. C. ; SILVA, M. N. ; DEUS, S. . O Serviço Social e o Combate ao Racismo: Diálogos. 1. ed. Curitiba: Nova Práxis Editorial, 2019. v. 1. 110p .
2. ⭐ **RIBEIRO, M.**. Politicas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil - 1986/2010. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.
3. ⭐ **RIBEIRO, M.**. As politicas de igualdade racial: reflexões e perspectivas. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012. v. 1. 287p .
4. **RIBEIRO, M.**. Direitos Humanos da Coleção - 2003/2010 - "O Brasil em Transformação". São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

Capítulos de livros publicados

1. **RIBEIRO, M.**. Mulheres Negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. In: Bianca Santana. (Org.). Vozes Insurgentes de Mulheres Negras: do Século XVII á Primeira Década do Século XXI. 304ed.Belo Horizonte: Mazza Edições, 2019, v. 1, p. 234-272.
2. **RIBEIRO, M.**. A condição negra no mundo contemporâneo e a condição negra e feminina no Brasil. In: Antonia dos Santos Garcia; Afrânio Raul Garcia Jr.. (Org.). Relações de Gênero, Raça, Classe e Identidade Social no Brasil e na França. 1ed.Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, v. 1, p. 01-286.
3. **RIBEIRO, M.**; SOUZA, M. G. ; FREITAS, L. R. . Empreendedorismo negro como forma de enfrentamento às desigualdades raciais. In: João Carlos Nogueira. (Org.). Desenvolvimento e Empreendedorismo Afro-Brasileiro: desafios históricos e perspectivas para o século 21. 1ªed.Florianópolis: Atilèndele, 2013, v. 01, p. 246-264.
4. **RIBEIRO, M.**. O enlace entre direitos humanos, superação do racismo e da discriminação racia. In: Gustavo Venturini. (Org.). Direitos Humanos: percepções da opinião pública. Análises de pesquisa nacional.. 1ed.Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010, v. 1, p. 143-154.
5. **RIBEIRO, M.**. Relações Raciais nas Pesquisas e Processos Sociais ? Em busca de visibilidade para as mulheres negras. In: Fundação Perseu Abramo. (Org.). A mulher brasileira nos espaços publico e privado. 1ed.São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo - FPA, 2004, v. 1, p. 87-105.
6. **RIBEIRO, M.**. Em busca de uma economia solidária. In: CEERT/Conselho Regional de Psicologia Social. (Org.). Inclusão no Trabalho: Desafios e Perspectivas. Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT/Conselho Regional de Psicologia Social. 1ed.São Paulo: Editora Casa do Psicólogo, 2001, v. 1, p. 71-88.
7. **RIBEIRO, M.**. Antigas personagens, novas cenas: mulheres negras e participação política. Mulher e política - Gênero e Feminismo no Partido dos Trabalhadores. 1ed.São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998, v. 1, p. 189-207.

Textos em jornais de notícias/revistas

1. **RIBEIRO, M.**. Comemorar e Concretizar políticas públicas. CEERT, São Paulo, p. 1 - 2, 23 mar. 2020.
2. **RIBEIRO, M.**. Politica de Igualdade Racial: refazendo o feito e o desfeito. Revista Teoria e Debate, São Paulo, p. 10 - 15, 05 mar. 2020.
3. **RIBEIRO, M.**. Brasil e África: desafios das políticas de igualdade racial em âmbito nacional e internacional. Diálogos Africanos/Instituto Lula, São Paulo, p. 28 - 40, 31 jul. 2015.
4. **RIBEIRO, M.**. As ações afirmativas são necessárias aqui e no mundo. Raça Brasil, p. 76 - 77, 01 jun. 2009.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

1. **RIBEIRO, M.**. Existirmos, a que será que se destina?. In: Fazendo Gênero 8, 2009, Florianopolis. Leituras de Resistência, corpo, violência e poder. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009.
2. **RIBEIRO, M.**. A presença das Mulheres Negras na Luta Anti-racista e Feminista. In: Seminário: Gênero, Classe e Raça, 1994, Cajamar. Que cara tem a Mulher Brasileira - Caderno do Seminário: Gênero, Classe e Raça. Cajamar: Instituto Cajamar, 1994. v. 1. p. 42-56.

Apresentações de Trabalho

1. **RIBEIRO, M.**. Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
2. **RIBEIRO, M.**. Mulheres Negras na Ciência em tempos de desmonte: resistência e construção de estratégias. 2019. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
3. **RIBEIRO, M.**. Democracia, Direitos Humanos e Cultura: em África e no Brasil. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
4. **RIBEIRO, M.**. 16° Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. 2019. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
5. **RIBEIRO, M.**. A luta pela Igualdade num país que vive a destruição dos direitos e das conquistas. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

6. **RIBEIRO, M.**. Curso Regional de Formação em Desenvolvimento Rural sustentável e Solid´´ario - Região Nordeste - Módulo III. 2019. (Apresentação de Trabalho/Outra).
7. **RIBEIRO, M.**. Gênero e Raça na Universidade. 2015. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
8. **RIBEIRO, M.**. Relações Raciais e Representações da África no Brasil: possibilidades, caminhos e descaminhos. 2015. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
9. **RIBEIRO, M.**. Politicas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil, l986 a 2010. 2015. (Apresentação de Trabalho/Outra).
10. **RIBEIRO, M.**. Diáspora Africana nas Américas. 2015. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
11. **RIBEIRO, M.**. Rodas de Conversa: País Rico é Pais com Igualdade Racial - Ações Afrirmativas. 2014. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
12. **RIBEIRO, M.**. Simpósio de Pesquisa Qualitativa em Saúde e Ensino da Saúde. 2014. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).
13. **RIBEIRO, M.**. III Seminário Internacional sobre Saúde da População Negra: diálogos entre academia e sociedade. 2014. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
14. **RIBEIRO, M.**. Seminário Políticas de Promoção da Equidade, Educação Popular em Saúde e Controle Social no SUS. 2014. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
15. **RIBEIRO, M.**. Painel Temático : Mulheres Negras e suas diversas formas de organização nos contextos urbano e rural no Brasil. 2010. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
16. **RIBEIRO, M.**. Institucionalidade das Politicas de Igualdade Racial. 2010. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
17. **RIBEIRO, M.**. Educação e Cultura: Instrumentos para a Igualdade Racial. 2010. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
18. **RIBEIRO, M.**. Ações Afirmativas no Brasil. 2010. (Apresentação de Trabalho/Outra).
19. **RIBEIRO, M.**. Cultura e Poder. Memórias de Mulheres Negras na Contemporaneidade. 2010. (Apresentação de Trabalho/Outra).
20. **RIBEIRO, M.**. Panorama do racismo e da política racial nas Américas hoje. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
21. **RIBEIRO, M.**. Políticas de gênero e raça no Brasil. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
22. **RIBEIRO, M.**. Movimento afrobrasileiro em contextos pós-coloniais. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
23. **RIBEIRO, M.**. Gênero, raça e políticas publicas. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
24. **RIBEIRO, M.**. Racismo, justiça e processos de mudanças racial e social. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
25. **RIBEIRO, M.**. O Feminismo no Brasil, reflexões teóricas e perspectivas. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
26. **RIBEIRO, M.**. Políticas de igualdade racial no Brasil, balanço e perspectivas. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
27. **RIBEIRO, M.**. Políticas de igualdade racial no Brasil. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
28. **RIBEIRO, M.**. Racismos contemporâneos e políticas de combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerâncias correlatas. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
29. **RIBEIRO, M.**. Política de Igualdade Racial no Brasil. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
30. **RIBEIRO, M.**. Cultura, desenvolvimento e igualdade racial. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
31. **RIBEIRO, M.**. Políticas de Combate ao Racismo. 2007. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
32. **RIBEIRO, M.**. Políticas de igualdade racial no Brasil. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
33. **RIBEIRO, M.**. Democracia, movimentos sociais e igualdade. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
34. **RIBEIRO, M.**. Ações afirmativas na educação superior. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
35. **RIBEIRO, M.**. Gênero, raça e políticas inclusivas na América Latina. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
36. **RIBEIRO, M.**. As políticas de igualdade em contextos de mudanças sociais. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
37. **RIBEIRO, M.**. A discriminação racial no Brasil. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
38. **RIBEIRO, M.**. Estratégias de promoção da igualdade étnico-racial e de gênero na perspectiva dos direitos humanos. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
39. **RIBEIRO, M.**. Gênero, raça e trabalho promovida pelo CEERT ? Centro de Relações e Trabalho e Desigualdades e OIT ? Organização Internacional do Trabalho. 2002. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
40. **RIBEIRO, M.**. Políticas de direitos humanos e igualdade racial América Latina. 2001. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
41. **RIBEIRO, M.**. Meio Ambiente, gênero e raça ? Novas e Velhas faces da sustentabilidade. 2001. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
42. **RIBEIRO, M.**. Gênero e raça e os rumos do feminismo no Brasil. 2001. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
43. **RIBEIRO, M.**. VIII Mostra Internacional e Integrada de Cinema Africano. 2001. (Apresentação de Trabalho/Outra).
44. **RIBEIRO, M.**. Cultura, Política e Sexualidade no Século XXI. 2000. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
45. **RIBEIRO, M.**. As dimensões de gênero e raça no processo do orçamento participativo em Santo André, 1997-8. 1999. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
46. **RIBEIRO, M.**. Direitos Humanos X Discriminações Social. 1998. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
47. **RIBEIRO, M.**. Identidade afro-brasileira e cidadania. 1996. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
48. **RIBEIRO, M.**; PEREIRA, M. J. . A questão racial enquanto elemento de uma prática transformadora. 1989. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

Outras produções bibliográficas

1. **RIBEIRO, M.**. Parecerista ad hoc da Revista Percurso. Florianópolis: Revista Percurso, 2019 (Parecer).
2. **RIBEIRO, M.**. As polítcas de igualdade racial no Brasil. São Paulo 2009 (Artigo Série Análises e propostas da Fundação Friedrich Ebert/FES).
3. **RIBEIRO, M.**; JACINO, R. . As ideias, os lugares e as mudanças. São Paulo, 2009. (Prefácio, Pósfacio/Prefácio)>.
4. **RIBEIRO, M.**; BARBOSA, M. ; RIBEIRO, E. . Cadernos Negros Três Decadas. São Paulo, 2008. (Prefácio, Pósfacio/Prefácio)>.
5. **RIBEIRO, M.**; CARRION, D. . O reencontro com a nossa ancestralidade. São Paulo, 2007. (Prefácio, Pósfacio/Apresentação)>.
6. **RIBEIRO, M.**; ARAUJO, E. . Museu Afro Brasil - Um conceito em perspectiva. São Paulo, 2006. (Prefácio, Pósfacio/Apresentação)>.
7. **RIBEIRO, M.**; CARRION, D. . Olhar sensível sobre a identidade africana. São Paulo, 2006. (Prefácio, Pósfacio/Apresentação)>.
8. SOUZA, D. ; PIOVENSA, Flávia ; SANTOS, S. A. ; **RIBEIRO, M.** . Ordem Juridica e Igualdade Étnico-Racial. Brasília, 2006. (Prefácio, Pósfacio/Apresentação)>.
9. **RIBEIRO, M.**; CARRION, D. . O olhar sensivel sobre a identidade haitiana. São Paulo, 2006. (Prefácio, Pósfacio/Apresentação)>.
10. **RIBEIRO, M.**; CARRION, D. . A Africa que está em nós. São Paulo, 2005. (Prefácio, Pósfacio/Apresentação)>.
11. **RIBEIRO, M.**; CARVALHO, M. C. A. A. . Gênero, Raça e Politicas Públicas. São Paulo: Polis - Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Públicas, 2001 (Apresentação de textos para Revista).
12. **RIBEIRO, M.**. Orçamento Participativo: panorama geral e referências sobre gênero e raça. Rio de Janeiro: Revista Proposta, 2000 (Artigo Revista Proposta).

Produção técnica

Assessoria e consultoria

1. **RIBEIRO, M.**. Projeto: Protagonismo Quilombola na Luta por Direitos Sociais, Saúde e Cidadania. 2013.

Trabalhos técnicos

1. **RIBEIRO, M.**. Integrante do Conselho Africa do Instituto Lula. 2015.
2. **RIBEIRO, M.**. Integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM. 2014.
3. **RIBEIRO, M.**. Integrante do Conselho Consultivo da Casa Laudelina de Campos Melo. 2011.
4. **RIBEIRO, M.**. Conselheira do Conselho de Administração Museu Afro Brasil. 2009.
5. **RIBEIRO, M.**. Vice Presidente da SOWETO - Organização Negra. 1994.
6. **RIBEIRO, M.**. 1ª Tesoureira do Conselho Regional de Assistentes Sociais. 1987.

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1. **RIBEIRO, MATILDE**; SANTOS, K. R. C. ; SOUZA, E. P. . O exercício da gestão se promoção da igualdade racial no Brasil. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
2. **RIBEIRO, M.**. Movimentos Negro e Feminista são vitoriosos. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
3. **RIBEIRO, M.**. Valorizar políticas públicas raciais é garantir e promover democracia. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
4. **RIBEIRO, MATILDE**; JANOARIO, R. S. ; ROCHA, R. ; DIAS, S. . Entrevista com Matilde Ribeiro. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
5. **RIBEIRO, M.**. Exercendo o poder numa sociedade majoritariamente masculina, branca e racista. 2008. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
6. **RIBEIRO, M.**; SCHUMAHER, S. . Mulheres Negras do Brasil. 2007. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
7. **RIBEIRO, M.**. Entrevista Ministra Matilde Ribeiro. 2006. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

Demais tipos de produção técnica

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Mestrado

1. **RIBEIRO, M.**; PEREIRA, A. M.; SILVA, J.; ALMEIDA, M.. Participação em banca de Luciana das Neves Rosa Costa. O nascer de um sonho entre Saberes de Luta: a Construção da Escola Pública no Quilombo Santa Rita do Bracuí-Angra dos Reis-RJ. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
2. **RIBEIRO, M.**. Participação em banca de Sonia Oliveira Santos. Possiveis contribuições da implementação de politicas de ações afirmativas no contexto educacional do município de Aracaju - SE. 2013. Dissertação (Mestrado em Politicas Sociais) - Universidade Cruzeiro do Sul.

Teses de doutorado

1. SANCHES, J. A.; PACHECO, A. C.; MATOS, M.; **RIBEIRO, M.**. Participação em banca de Johannna Katiuska Monagreda. "A nosotros el Estado no nos regalo nada": processos de institucionalizaação das demandas dos movimentos afrodescendentes no Brasil, Venezuela e Equador. 2020. Tese (Doutorado em Pós Graduação em Ciências Politicas) - Universidade Federal de Minas Gerais.

Qualificações de Mestrado

1. PEREIRA, F. V. M.; SILVA, R. R.; CONCEICAO, J. S.; **RIBEIRO, M.**. Participação em banca de Vitoria Ramos de Souza. As contribuições daa graduação da UNILAB para o empoderamento de Mulheres Negras. 2020. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado Interdisciplinar de Humanidades) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Monografias de cursos de aperfeiçoamento/especialização

1. ANTONIO, C. F.; PROENCA, P. S.; **RIBEIRO, M.**. Participação em banca de Zenilda Nascimento Santana. A pesquisa e extensão como dispositivo para afiliação e prolongamernto da carreira estudantil de jovens de origem popular. 2014. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em gestão Pública) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - BA.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. **RIBEIRO, M.**; SANTOA, M. A. O.; FERREIRA, M. C. C.. Participação em banca de Caroline Lima dos Santos.Mulheres rgras: Narrativas que cruzam a vivencia cultural na periferia de Saõ Paulo. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado em Humanidades) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - BA.
2. **RIBEIRO, M.**; LIMA, I. M. F.; ANDRADE, C. M. P.. Participação em banca de Renata Aguiar da Silva.A criança e o adolescente na Bahia: um estudo da infância durante o período Getúlio Vargas (1934 a 1937). 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade do Estado da Bahia.

Participação em bancas de comissões julgadoras

Concurso público

1. **RIBEIRO, M.**; ANTONIO, C. F.; ANDRADE, L. N.. Concurso público de provas e títulos para provimento efetivo de vagas da carreira de magistério superior, na classe de professor Adjunto A, nível I - Edital 150/2014. 2015. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Outras participações

1. **RIBEIRO, M.**. Premio: Mulheres Negras contam sua historia. 2013.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. Seminário Candeias: construindo caminhos para a Educação Étnico-racial.Educação Etnico-racial e politicas públicas. 2016. (Seminário).
2. Curso de Especialização em Docência.Café - Saúde, Desejo e Realidade/Saúde e Politicas de Igualdade Racial. 2015. (Outra).
3. Homenagem a Abdias do Nascimento: simbolo de lutas pela liberdade.idem. 2015. (Encontro).
4. Homenagem Dia Inrternacional da Mulher.Historias e lutas das Mulheres. 2015. (Encontro).
5. Politicas Relações Raciais e Representações de África no Brasil: possibilidades, caminhos e descaminhos.idem. 2015. (Seminário).
6. Seminário "Sem medo de ser mulher".Lutas e glórias das mulheres. 2015. (Seminário).
7.

Seminário Internacional "Identidades e mobilizações colectivas: miradas desde contextos americanos".Intercambios y cooperación para investigadores y estudios de la diáspora africana en las Américas. 2015. (Seminário).

8. 5º Encontro da Consciência Negra: Ação Afirmativa, Resistência e outras Travessiass T.Vozes da resistência em nossas literaturas: Negras.... Afros?... e Africanas. 2014. (Encontro).

9. III Seminário Internacional sobre Saúde da População Negras: diálogos entre academia e a sociedade.Politicas públicas de saúde no Brasil. 2014. (Seminário).

10. I Semana Universitária - 2014.Mulheres Negras e as suas diversas formas de organização no Brasil. 2014. (Outra).

11. Seminário "Desenvolvimento sustentável em comunidades quilombolas: apoio ou interferência".Desenvolvimento sustentável apoio ou interferência. 2014. (Seminário).

12. Simpósio - Pesquisa Qualitativa em Saúde e Ensino de Saúde.Politicas de Igualdade Racial. 2014. (Simpósio).

13. VIII Fórum Pró Igualdade Racial e Inclusão social do Recôncavo.Universidade negra: desafios e perspectivas. 2014. (Encontro).

14. 1ª Jornada de Dialogos para construção de Politicas de Igualdade Racial.Os Desafios das Políticas de Igualdade Racial. 2013. (Seminário).

15. 1º Ciclo de Capacitação para atendimento e educação em direitosda Regional Leste Reg.Educação em direitos. 2013. (Outra).

16. Conferência Livre de Educação , sobre o Eixo 2 da CONAE: Educação e Diversidade - Justiça Social, Inclusão e Direitos Humanos.As politicas de Iguualdade Racial no Brasil. 2013. (Outra).

17. Curso de Difusão Cultural: Aspectos da Cultura e da Historia do Negro no Brasil.A Institucionalização das Politicas de Ação afirmativa. 2013. (Outra).

18. I Coloquio: " A politica de efetivação dos direitos da população negra.A politica de efetivação dos direitos da população negra. 2013. (Outra).

19. Painel "Cidadania das Mulheres: Construir a Autonomia, Combater a Violencia".As politicas de Igualdade Racial e as Mulheres Negras. 2013. (Seminário).

20. Raízes e Atualidade da Relação Brasil-África.Raizes e Atualidades da Relação Brasil-África. 2013. (Seminário).

21. Seminário Internacional Fazendo Genero 10: Desafios Atuais dos Femin ismos.Feminismos, Intersecções e Colonialidades: Parte I - Intersecções Raça/Etnia, Genero e Classe: suas Faces Cotidianas e Teóricas. 2013. (Seminário).

22. SEPPIR 10: Uma década de igualdade racial.10 anos da Politica de Igualdade Racial no Brasil. 2013. (Outra).

23. Comemoração do Dia Nacional da Consciencia Negra - 8º Novembro Negro.Consciência Negra. 2012. (Outra).

24. Seminario Internacional e Reunião tecnica Herança, Identidade, Educação e Cultura: gestão dos sitios e lugares de memoria ligados ao trafico negreiro e à escravidão.Herança Cultural. 2012. (Outra).

25. XVI Curso de Difusão Cultural - Aspectos da Cultura e da Historia do Negro no Brasil.A institucionalização das politicas de ação afirmativa no Brasil. 2012. (Outra).

26. 4º Encontro Nacional Quilombola.Quilombos. 2011. (Outra).

27. Encuentro Y Conferencia Regional de Mujeres Afrodescendentes: " Poder Y Participacion Politica".Mulher Negra. 2011. (Outra).

28. Formulação de Politicas sociais e Movimentos Sociais.Formulação de Politicas Sociais e Movimentos Sociais/Jornada de Serviço Social. 2011. (Seminário).

29. IX Fórum Regional de Educação Popular do Oeste Paulista - F.Educação Popular, as Conquistas e Lutas da Mulher na Sociedade Contemporânea. 2011. (Outra).

30. Politicas Públicas e Relações Enico-Raciais.Politicas Públicas e Relações Etnico-Raciais/Seminários de Pesquisa do CEA/USP. 2011. (Seminário).

31. 17º Papo Cultural.As politicas afirmativas como caminhos para justiça social para com a população afro-brasileira. 2010. (Outra).

32. Geress: um ano criando espaços para a discussão da questão racial no Serviço Social.Reflexões sobre a questão Racial e o Serviço Social. 2010. (Seminário).

33. II Encontro Intergeracional: Dialogando sobre o feminismo negro.Historico da Organização das Mulheres Negras no Brasil. 2010. (Seminário).

34. Simpósio temático - Fazendo Gênero 9 - Diásporas, diversidades e deslocamentos.Painel Temático: Mulheres Negrase suas diversas formas de organização nos contextos urbano e rural no Brasil.. 2010. (Seminário).

35. IV Conferencia Municipal de Educação de Osasco. Mesa-Redonda: Inclusão e diversidade etnico-racial, de gênerop, orientação sexual, pessoas co deficiencias e altas habilidades/super dotação. 2009. (Congresso).

36. Curso de Capacitação em Gênero da Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres e Consóorcio Mulheres das Gerais. Módulo II - Gênero, raça/etniana perspectiva do enfrentamento à violência. 2008. (Congresso).

37. III Seminário Internacional: Fronteiras Étnico-Culturais e Fronteiras da Exclusão - As identidades/diferenças culturais em contextos pós-coloniais.Movimento Afro-brasileiro em contextos pós-coloniais. 2008. (Seminário).

38. II Seminário Nacional: O Feminismo no Brasil, Reflexoes Teóricas e Perspectivas/XIV Simposio Baiano de Pesquisadores sobre Mulher e Relações de Gênero.O feminismo no Brasil, Reflexões Teóricas e Perspectivas. 2008. (Seminário).

39. Seminario Internacional Fazendo Genero 8 - corpo, Violência e Poder.Politicas de Igualdade Racial e de Gênero. 2008. (Seminário).

40. XX Encontro Estadual de Jornalistar em Assessoria de Comunicação.Comunicação e Questão Racial. 2008. (Encontro).

41. III Seminário Racismo e Educação: Desafios para a formação docente e II Seminário de Gênero, Raça e Etnia.Conferencia: Estatuto da Igualdade Racial e Politicas Afirmativas para a População Negra. 2007. (Seminário).

42. Vigésima Cuarta Cátedra de La Serie de Cátedra de Las Américas. La ucha contra el racismo y la discriminación: una política de inclusión. 2007. (Congresso).

43. 32ª International Conference on Social Welfare, Held. Ethics and Solidarity for a More Equitable World. 2006. (Congresso).

44. Seminário: Diálogo entre as Mulheres das Américas contra o Racismo e Todas as Formas de Discriminação.Representante do Governo Federal. 2006. (Seminário).

45. XIII Congresso Latino Americano de Sexologia e Educação Sexual. O Direito à Diferença e à Diversidade. 2006. (Congresso).

46. III Encuentro de Parlamentarios Afrodescendientes de Las Américas y El Caribe.Politicas de Igualdade Racial no Brasil. 2005. (Encontro).

47. Seminário Internacional "Saídas da Escravidão e Políticas Públicas".Politicas de Igualdade Racial no Brasil. 2005. (Seminário).
48. XX Encontro Estadual de Jornalistas em Assessoria de Comunicação.Questão Racial e comunicação. 2005. (Encontro).
49. I Conferencia Estadual de Promoção da Igualdade Racial. O Estado e a Sociedade. 2004. (Congresso).
50. VII Seminário da Faculdade de Serviço Social.A discriminação racial no Brasil, focando a cidade de São Paulo. 2004. (Seminário).
51. XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais/III Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade. Estratégias de Promoção da Igualdade Étnico-Racial e de Genero na Perspectiva dos DH. 2004. (Congresso).
52. Encontro Estadual Rumo ao Congresso Berasileiro de Assistentes Sociais.Meio Ambiente, Gênero e Raça Novas e Velhas Faces da Sustentabilidade. 2001. (Encontro).
53. Seminario Internacional Fzendo Genero 4.As politicas de Gênero e Raça no Brasil. 2000. (Seminário).
54. VII Encontro Regional da Associação Brasileira de Psicologia So cial (Abrapso) - SP.O Século XXI: Os dilemas e Perspectivas para a Psicologia Social. 2000. (Encontro).
55. II Internacionaql Congress Women Work Health. Politicas de Saúde da Mulher. 1999. (Congresso).
56. V Reunião de Cupula da Rede Mercocidades.Relação Estado e Movimentos Sociais. 1999. (Encontro).
57. X Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia da Universidade de São Paulo.As dimensões de genero e raça no processo do orçamento participativo em Santo André - 1997/1998. 1999. (Encontro).
58. IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Direitos Humanos X Discriminações Sociais. 1998. (Congresso).
59. Curso de Formação em Gestão Pública Municipal.Politicas de Direitos da Mulher. 1997. (Oficina).
60. IV Encontro Regional da Associação Brasileira de Psicologia Social.Identidade afro-brasileira e cidadania. 1996. (Encontro).
61. 8º Congresso de Assistentes Sociais. Painel: O Serviço Social frente as Relações de Gênero e Etnia. 1995. (Congresso).
62. 7º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Atuação do Serviço Social junto a Mulher e a Familia. 1992. (Congresso).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1. **RIBEIRO, M.**. Conferencia Região ABC Paulista "Trabalho Decente". 2010. (Outro).
2. **RIBEIRO, M.**. Conferencias Municipais sobre "Trabalho Decente". 2010. (Outro).
3. **RIBEIRO, M.**. 2º Congresso de Mulheres Metalurgicas do ABC. 2010. (Congresso).
4. **RIBEIRO, M.**. Coordenação do Planejamento Estratégico do Fórum pela Igualdade Racial do ABC Paulista. 2010. (Outro).
5. **RIBEIRO, M.**. Reunião de organização do III FESMAN ? Festival Mundial de Artes Negras. 2008. (Outro).
6. **RIBEIRO, M.**. II Conferencia de Intelectuais Africanos e da Diáspora ? CIAD. 2006. (Congresso).
7. **RIBEIRO, M.**. Seminário Internacional ? Saídas da Escravidão e Políticas Públicas. 2005. (Outro).
8. **RIBEIRO, M.**. Seminário América do Sul, África e Brasil. 2004. (Outro).
9. **RIBEIRO, M.**. Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial. 2004. (Outro).
10. **RIBEIRO, M.**. I Encontro Nacional de Entidades Negras ? ENEN. 1991. (Outro).
11. **RIBEIRO, M.**. Encontro Nacional Feminista. 1989. (Outro).

Orientações

Orientações e supervisões concluídas

Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1. Zenilda Nascimento Santana. A pesquisa e extensão como um dispositivo para afiliação e prolongamento da carreira estudantil de jovens de origem popular. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em gestão Pública) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - BA. Orientador: Matilde Ribeiro.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1. Caroline Lima dos Santos. Mulheres Negras: Narrativas que cruzam na vivencia cultural na periferia de Saõ Paulo. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Bacharelado em Humanidades) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - BA. Orientador: Matilde Ribeiro.

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 07/03/2021 às 16:07:44

Imprimir currículo

Este Repositório Institucional tem como propósito reunir, armazenar, organizar, recuperar, preservar e disseminar a produção científica e intelectual da comunidade universitária (docentes, pesquisadores, técnicos e alunos de graduação e pós graduação stricto e lato sensu) pertencente à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

sibiuni
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNILAB

Use este identificador para citar ou linkar para este item:
http://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/659

Título:	Matilde Ribeiro: a minha história é talvez igual a tua: uma trajetória de militância e empoderamento da mulher negra
Autor(es):	Maia, Bruna Aparecida Thalita (/jspui/browse?type=author&value=Maia%2C+Bruna+Aparecida+Thalita)
Palavras-chave:	Feministas negras - Brasil Identidade de gênero Mulheres - Biografia Ribeiro, Matilde - Biografia
Data do documento:	16-Nov-2016
Citação:	MAIA, B. A. T. (2016)

Resumo: Esta monografia pretende apresentar a trajetória de vida de Matilde Ribeiro, em uma perspectiva interseccional, visando os marcadores de raça, classe social e gênero. Através de entrevistas e levantamento bibliográfico, relacionando com literatura produzida por intelectuais negras que, se debruçam a estudar as relações de raça e gênero, e assim apontar suas ações nos campos da militância política e da inserção na academia, invocando a reflexão que estes podem ser importantes instrumentos de subversão de normas e naturalizações dadas às mulheres negras em uma sociedade marcada por heranças coloniais. O pioneirismo de Matilde em assumir um ministério (Secretaria de Promoção da Igualdade Racial) que foi demandado por movimentos sociais que ela participa, representa a sua competência e experiência para assumir cargo de tamanha importância. Na busca de compreender como espaços de luta, pensando a militância e a academia, foram importantes para gerar empoderamento à Matilde, é pensado como ele pode ser motivado para outras mulheres.

Descrição: MAIA, Bruna Aparecida Thalita. Matilde Ribeiro: a minha história é talvez igual a tua: uma trajetória de militância e empoderamento da mulher negra. 2016. 108 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2016.

URI: http://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/659 (http://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/659)

Aparece nas coleções: Monografias - Bacharelado em Humanidades (São Francisco do Conde) (/jspui/handle/123456789/1675)

Arquivos associados a este item:

Arquivo	Descrição	Tamanho	Formato	
2016_mono_bmaia.pdf (/jspui/bitstream/123456789/659/1/2016_mono_bmaia.pdf)		2 MB	Adobe PDF	Visualizar/Abrir (/jspui/bitstream/123456789/659/1/2016_mono_bmaia.pdf)

Mostrar registro completo do item (/jspui/handle/123456789/659?mode=full)

Visualizar estatísticas (/jspui/handle/123456789/659/statistics)

Os itens no repositório estão protegidos por copyright, com todos os direitos reservados, salvo quando é indicado o contrário.

Mercantil

REALITY XP
UM UNIVERSO DE EXPERIÊNCIAS
PATROCÍNIO

19 de novembro de 2014

Sociedade

Matilde Ribeiro: “Movimentos negro e feminista são vitoriosos”

por Eder Fonseca leia em 7 min

ouça este conteúdo readme free

readme.ai premium audio para seu website

Patrocínio

Em Alta

Economia

Bruno Garboci: “Somos uma empresa sem hierarquia”

A Empresta possui o objetivo de oferecer as melhores soluções de crédito para seus clientes. Para isso, trabalha em uma estrutura omnichannel, que co...

Negócios

Pablo Marçal: “O meu

Este website usa cookies para assegurar que tenham uma melhor experiência.

Aceitar

Nascida na pequena cidade de Flórida Paulista, Matilde Ribeiro é militante do movimento negro e do feminismo. Formou-se em Serviço Social na PUC de São Paulo. Nascida numa família de baixa renda, é filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT). Após participar da equipe da campanha petista vitoriosa nas eleições presidenciais de 2002, ela foi convidada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para integrar o primeiro-escalão do Governo em março de 2003. Ocupou até 1 de fevereiro de 2008 a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que tem status de Ministério. Em uma entrevista à BBC Brasil em 2007, a ex-ministra causou polêmica ao declarar que “não é racismo quando um negro se insurge contra um branco”, e que “[a] reação de um negro de não querer conviver com um branco, ou não gostar de um branco, [...] é natural” . Após repercussão negativa, a SEPPIR divulgou nota de esclarecimento assim como houve nota da própria ministra no site do PT. “A mídia é um instrumento importantíssimo para a democracia. No entanto, no que diz respeito a questão racial, ainda há um distanciamento de reflexões mais condizentes com a realidade do racismo. Não apenas o setor midiático, mas a política e o cotidiano da sociedade brasileira ainda se baseiam pela “falsa democracia racial” que coloca o Brasil como território harmonioso”, afirma a ex-ministra.

A senhora nasceu em uma família de baixa renda e se tornou ministra de Estado do Governo Lula. O que acredita ter sido o combustível primordial para essa ascensão?

Uma das formas de reagir a pobreza é tomar consciência de sua existência e dos mecanismos que a mantêm. Meus pais eram pessoas muito conscientes da dignidade de sermos pobres e negros. Nos educaram, a mim e as minhas irmãs para lutar pela vida, tendo o trabalho como principal caminho.

Além disso, ter ingressado na universidade foi uma grande fonte de energia. O envolvimento com a militância política, no Partido dos Trabalhadores (PT), no Movimento Negro e no Movimento Feminista foram grandes alavancas.

Na última década, com a criação da Secretaria de Políticas para a Igualdade Racial, como uma construção e conquista do Movimento Negro e da organização das mulheres negras, houve uma grande

serial, é criador do Método IP, que promove uma virada de chave na ment...

Criatividade
Celso Loducca: “Quase perdi a vontade de continuar”
Além de ser um empresário influente e respeitado, Celso Loducca é um dos profissionais mais premiados da publicidade brasileira. Sua trajetória inc...

Sociedade
Joseph Saltoun: “A Kabbalah oferece as chaves espirituais”
Joseph Saltoun é um mestre da Kabbalah, escritor, pesquisador, palestrante, comentarista e estudioso da Kabbalah e da Teosofia Religiosa desde os 22...

Negócios
Susanna Marchionni: “O mundo tem um enorme déficit habitacional”
A Planet Smart City, líder global em cidades inteligentes inclusivas, e a Inloop, empresa com expertise no mercado imobiliário brasileiro, lançaram e...

Sociedade
Eduardo Marinho: “A consciência está em constante mutação”
Eduardo Marinho nasceu no Espírito Santo em 1960. Durante a adolescência, começou carreira militar e depois ingressou em um curso de Direito, que lar...

Negócios
Adriana Restum: “Sou

Este website usa cookies para assegurar que tenham uma melhor experiência.

Aceitar

lutas por igualdade e equidade do ponto de vista racial e de gênero, o ancestrais.

Nas últimas décadas vivemos momentos de muitas conquistas. Ampliaram-se os diálogos dos movimentos sociais, e, em especial nos movimentos negro e feminista com o Estado, com Governos e com a sociedade, e isso tem repercussão nas políticas públicas.

Portanto, os movimentos negro e feminista são vitoriosos, necessitando sempre de trabalhar a ação coletiva, a representatividade e a atualização das agendas e estratégias de luta. Um dos grandes desafios são igualmente, a negociação e o monitoramento das políticas públicas.

Em 2003, quando assumiu a Secretaria de Política de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR), a senhora disse que desde a época da abolição não havia um projeto de inclusão da população negra na vida econômica, política e social do país. Após 10 anos, quais os avanços que vê nessa questão?

O grande avanço, na atualidade, é o desenho e a estruturação das políticas de igualdade racial visando a inserção destas no conjunto das políticas públicas nacionais, a partir de um trabalho conjunto entre as estruturas governamentais.

No entanto, ainda não dá para afirmar que a população negra tenha alcançado o status de cidadania, de maneira plena. É necessário aprofundar a aplicação das políticas de igualdade racial, consolidando-as.

O Estado deve investir de uma forma diferenciada no segmento negro?

Foi tardia a criação de órgãos e de políticas específicas voltadas à população negra, passaram a existir apenas a partir do final dos anos 1980. Por exemplo: no campo das ações afirmativas, existem resultados positivos, como as cotas para negros nas universidades públicas.

Não há dúvida, o Estado deve investir cada vez mais nas políticas voltadas a população negra, como um dos pilares para o desenvolvimento nacional.

O que a senhora acredita ser essencial para a melhoria da legislação

Paulo e, desde muito nova, começou a pensar em investir em moda, que e...

Sociedade
Marcus Nakagawa: “O empreendedorismo de impacto social está crescendo”

Marcus Nakagawa é professor da ESPM; coordenador do Centro ESPM de Desenvolvimento Socioambiental (CEDS); idealizador e conselheiro da Abraps e pales...

Criatividade
Goya Lopes: “Importante é ter cota em tudo”

Formada em Belas Artes pela UFBA (Universidade Federal da Bahia), com especialização na Universidade Internacional de Artes de Florença, onde também...

Sociedade
Leonardo Rangel: “O importante é adequar o tratamento”

O medo de contaminação e de piores resultados levou muitos cirurgiões e associações no mundo todo a recomendar a limitação de procedimentos cirúrgico...

Sociedade
Dor Leon Attar: “Ter muito dinheiro não é um propósito”

Nascido em Israel, o rabino Dor Leon Attar é sargento da reserva da Força de Defesa Israelense, além de empresário e investidor em várias áreas de at...

Este website usa cookies para assegurar que tenham uma melhor experiência.

Aceitar

um processo de luta da sociedade.

O mais amplo instrumento político é o Estatuto da Igualdade Racial, que deve ser regulamentado e executado no cotidiano. Todas as leis, desde a revisão da Constituição Federal (em 1988) que assegura que racismo é crime, devem ser acionadas pela população negra e acompanhadas pela sociedade.

Numa entrevista que a senhora concedeu à BBC Brasil em 2007, a manchete foi: “Não é racismo se insurgir contra brancos”. Duas perguntas: A senhora disse que a frase foi tirada do contexto, se sentiu traída de alguma forma por isso? Como as pessoas lhe trataram no Governo depois da entrevista ser publicada?

Um dos caminhos para executar as políticas de equidade e diversidade é o exercício da capacidade das autoridades e gestores de contribuírem para que a história seja passada a limpo. Por exemplo, temos que admitir que “o Brasil não foi descoberto, mas, sim invadido”! Essa visão já é corrente em nossa sociedade, mas precisa ser reafirmada, sempre!

Da mesma maneira, é importante o reconhecimento de que o racismo existe, e, também da necessidade de ampliação de manifestações contrárias a ele.

Historicamente os negros, por dignidade, sempre reagiram ao racismo. No entanto, essa não é tarefa só dos negros, deve ser o papel de todas/os as/os brasileiros, independente de sua origem racial.

É assim que penso!

No episódio da entrevista da BBC, a resposta por mim dada a jornalista teve sentido dentro de uma reflexão mais ampla, sobre os efeitos do racismo, que se mantêm a partir de relações hierarquizadas, onde a população negra é oprimida. Porém, a frase foi apresentada de maneira solta e enviesada, pela entrevistadora, e a confusão foi causada.

A partir desse fato, ocorreram vários diálogos no interior do Governo. Isso contribuiu para aprofundar conhecimentos e fortalecer conceitos que organizam políticas.

Enfim, não foi um momento fácil... Mas foi de grande importância para

Este website usa cookies para assegurar que tenham uma melhor experiência.

Aceitar

senhora foi duramente criticada por órgãos da grande mídia cional depois da entrevista concedida à BBC. Qual a sua visão sobre a grande mídia nacional antes e depois do ocorrido?

A mídia é um instrumento importantíssimo para a democracia. No entanto, no que diz respeito a questão racial, ainda há um distanciamento de reflexões mais condizentes com a realidade do racismo. Não apenas o setor midiático, mas a política e o cotidiano da sociedade brasileira ainda se baseiam pela “falsa democracia racial” que coloca o Brasil como território harmonioso.

Em vários momentos da vida política alguns comunicadores expõem figuras públicas de maneira intencional e isso causa muitos desconfortos. Portanto, o que aconteceu comigo não foi uma atitude isolada.

Críticas são bem vindas… Continuo atuando politicamente, e, sempre disposta a explicitar pensamentos e posicionamentos políticos. Não dá pra abrir mão da afirmação de que “o racismo existe, e, precisa ser superado”.

Na internet, não falta menções sobre o episódio dos cartões corporativos que muitos chamam de “farra” dos cartões até hoje. Qual a análise que a senhora faz do período e se de alguma forma isso atrapalhou a sua vida e carreira logo a seguir?

Afirmo o que foi divulgado há sete anos atrás – de minha parte o Cartão Corporativo (CC) foi utilizado para viabilizar o trabalho da Secretaria de Igualdade Racial (SEPPIR).

A SEPPIR não tinha estrutura para cumprir com todo ritual administrativo, e com o apoio da Casa Civil e Ministério da Justiça chegamos a solução do CC para cobrir despesas com deslocamento, hospedagem e alimentação fora de Brasília. A única exceção no uso foi por engano, para pagamento de uma conta pessoal, cujo dinheiro foi devolvido, não causando nenhum dano aos cofres públicos. Todas as respostas foram concedidas aos órgãos competentes.

Depois que saí do Governo vivi momentos duros, sofrendo acusações levianas e passando por um longo desemprego, o que me trouxe sérias dificuldades pessoais, familiares e profissionais.

Este website usa cookies para assegurar que tenham uma melhor experiência.

Aceitar

i fundamental ter retomado os estudos e concluir o doutorado, o que onteceu em 2013.

E, em 2014, prestei concurso público para a função de professora doutora na UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Fale um pouco sobre o seu trabalho na UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofania Afro-Brasileira).

Aos 54 anos iniciei uma nova carreira agregando ao meu papel de Assistente Social o exercício da docência. Em função dessa escolha hoje, moro em São Francisco do Conde, na Bahia. O trabalho na UNILAB é um grande desafio.

Além da pratica docente, a relação com alunos brasileiros e africanos estimula a amplos caminhos de relação com governos, comunidades e movimentos sociais a partir de extensão, pesquisa, e, monitoramento de políticas públicas.

Alguns jornalistas e intelectuais afirmam que as cotas raciais trazem um preconceito velado, já que cor não pode definir competências. Como enxerga esse tema?

Olha, não apenas jornalistas, mas muitos profissionais, muitas vezes, prestam desserviços à sociedade, quando simplesmente atacam as cotas.

Compreendo que, seja por meio da mídia ou de qualquer instrumento de comunicação ou acadêmico, as cotas raciais devem ser apresentadas como importantes instrumentos de políticas públicas, com a construção e monitoramento conjunto com Movimentos Sociais para garantir direitos e equidade.

Isso deve ser compreendido pela sociedade. Por isso, cabe as instituições manterem diálogos e atualizações permanentes, e, instruir seus agentes sobre a importância das mudanças.

Quais lições a senhora tirou do poder?

Foram várias as lições, mas a principal é de que ao apresentarmos firmeza de nossos propósitos políticos, principalmente em uma sociedade que

Este website usa cookies para assegurar que tenham uma melhor experiência.

Aceitar

:lo, com bastante energia.

Além da inserção na UNILAB, faço parte do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (como Conselheira de Notório Conhecimento das Questões de Gênero); e, integro o Conselho consultivo da Revista Estudos Feministas e da Fundação Perseu Abramo. São atividades que se complementam.

Uma boa novidade é que agora no mês de novembro haverá o lançamento do livro (a partir da tese de doutorado) – “As políticas de promoção da igualdade racial no Brasil” uma publicação da Editora Garamond.

461 pontos de vista

Gostei Não Gostei

Compartilhar:

Matérias Relacionadas

Daniela Gebara: “Digital abre uma comunicação de via dupla”

Cristovão Tezza: “O ensaísta nasceu da vida profissional”

Eduardo Tessler: “Na convergência há várias estratégias”

Sobre o Autor

Eder Fonseca
Eder Fonseca é idealizador e diretor executivo do Panorama Mercantil. Com mudanças no foco editorial ao longo do tempo, o portal se tornou aos poucos, um

Este website usa cookies para assegurar que tenham uma melhor experiência.

Aceitar

Conecte-se Conosco

Siga no Twitter!

Receba pela Newsletter!

Assine o Feed RSS!

Acompanhe pelo GN!

Postagem Recente

- Marco Zanatta: “Vamos expandir nossa área de atuação”

Próximo(a) Convidado(a)

Martin Ferrari: "Alcançar um mercado de 210 milhões de habitantes, que representa 32% da América Latina, sempre representou para nós um desafio, mas também uma excelente oportunidade"

Nossos Contatos

Envie um e-mail para: eder@panoramamercantil.com.br, para comunicar erros, mandar pautas, avaliar o conteúdo oferecido, falar sobre patrocínios, subscrições e feedbacks a respeito da navegabilidade, interatividade, usabilidade e acessibilidade do site. Se preferir, ligue para o telefone (016) 99378-7363 ou mande mensagens pelo mesmo número através do SMS, WhatsApp, Telegram, Signal, Messenger e Viber.

Mais Curtida

Bruno Garboci: “Somos uma empresa sem hierarquia”

Faça do Panorama Mercantil a sua página inicial na internet!

Sobre Nós

Quem Somos

Expediente

Depoimentos

Privacidade

Cadastre-se

Mapa do Site

Destaque da Semana

Economia

Bruno Garboci: “Somos uma empresa sem hierarquia”

Acervo

Selecionar o mês

Creative Commons 4.0 Internacional

Desenvolvido por Agência WebSeo

Este website usa cookies para assegurar que tenham uma melhor experiência.

Aceitar

Políticas de igualdade racial: refazendo o feito e o desfeito

06/03/2020 em **Questão Racial** 8 min.

Matilde Ribeiro

Estamos atônitos diante dos desfeitos e desmontes. Porém, temos de nos munir de energias para reavaliar os feitos e, se necessário, revê-los e refazê-los

Matilde Ribeiro (Foto: Pedro Borges/Alma Preta)

Em 2020, se finda a segunda década do século 21 e a sociedade ainda se posiciona com perplexidade e distanciamento diante de questões humanitárias, principalmente no diz respeito à população negra, em particular sobre a construção de agenda de igualdade racial. Conforta-nos (aos inconformados com a apatia, hipocrisia e desumanidade) que, mesmo diante de estruturas sociais e institucionais racistas, foram conquistados diversos direitos tardios. Deve-se considerar que a abolição de 1888 não aboliu. Isso promoveu um verdadeiro arrastão da situação de desigualdade e violência, atribuída historicamente a população negra.

Artigos Relacionados

O Rio de janeiro continua… segregacionista

03/03/2021

"Sua raça é resistente à dor": mulheres relatam racismo em atendimentos médicos

25/02/2021

Alice Hasters – Por que os brancos gostam de ser iguais

25/02/2021

O racismo está vivo, após 122 anos da abolição da escravização, mesmo com incessantes vozes chamando por justiça racial. Nesse sentido, Nilma Lino Gomes (2017) destaca o papel

Os caminhos de uma política

A persistência do racismo não ocorre por falta de produção e/ou de atitude históricas. Lembremo-nos de Abdias do Nascimento1, que comumente verbalizava a frase: “a luta pela liberdade inicia-se desde o momento que a/o primeira/o negra/o foi escravizado no Brasil, após ter sido capturado na África” (ver Matilde Ribeiro, 2015).

Também Roger Bastide e Florestan Fernandes (2008), em 1955, apontaram o “pecado da omissão”2 como a não atenção do Estado em relação à necessidade de políticas governamentais de promoção da igualdade racial.

Seguindo a perspectiva de superação do pecado da omissão, foi que se desenvolveram as políticas de igualdade racial, de maneira mais focada a partir dos anos 1980, nos executivos. Leis e normatizações3 e 4 foram sendo criadas, depois vieram os órgãos consultivos (de elaboração de indicativos para as políticas públicas) e por fim, os órgãos executivos em governos locais e federal (as coordenadorias, assessorias e similares vinculados a secretarias).

Em 1988, com a revisão constitucional (a Constituição Cidadã) ampliaram-se perspectivas, como por exemplo, com a regularização fundiária de terras de quilombos, a criminalização do racismo, os indicativos para o desenvolvimento das ações afirmativas, entre outros direitos formulados por milhares de mãos e mentes.

Do ponto de vista do Executivo, constata-se que durante muitos anos a Fundação Cultural Palmares (FCP), criada em 1988, foi o único ente governamental federal responsável pela política direcionada à população negra, porém, sob olhares críticos, pela restrição da missão à cultura.

Com a realização da Marcha Zumbi dos Palmares, em 1995, foi apresentado pelo Movimento Negro ao presidente da República (Fernando Henrique Cardoso) o Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial. Como produto das negociações, foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), conhecido como GTI População Negra que teve como base a atuação do governo federal no estabelecimento de políticas públicas para negros. Esse instrumento foi formado por representação governamental de vários ministérios (Saúde, Trabalho, Educação, Relações Exteriores, Esportes, Justiça, Cultura e Planejamento, além das

Em 1996, houve a consagração de Zumbi dos Palmares como Herói Nacional no Livro Dos Heróis Da Pátria (que se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia – Lei 9.315 de 20/11/96) e o reconhecimento da data de sua morte, 20 de Novembro, como o Dia Nacional da Consciência Negra. Essa dia se tornou feriado em vários estados e municípios5 e hoje faz parte do calendário oficial brasileiro.

Após esse percurso, em 2002, com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, novos tempos se delineiam. No discurso de posse, em 2003, diante de ampla mobilização popular, o presidente afirmou: “Mudança! Esta é a palavra chave”. Com isso demarcou sua autoridade possuidora de uma história de superação de dificuldades (de migrante a supremo mandatário), agradeceu ao apoio recebido e reafirmou que todos os brasileiros devem ter a oportunidade de superar as dificuldades sociais, políticas e econômicas. O Programa Fome Zero foi anunciado como prioridade e, no campo racial e étnico, foi reconhecida a existência das discriminações e feito o alerta de que não poderíamos esquecer jamais que o povo brasileiro realizou uma grande obra de resistência e construção nacional.

Ainda foram apresentados caminhos para as relações internacionais, no que diz respeito ao continente africano: “[...] reafirmaremos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades” (discurso de posse, publicado em Bonfim, 2004:414). O comprometimento político com o continente africano reforçou também a positividade dos propósitos da política de igualdade racial em âmbito nacional e internacional.

Com sua reeleição, o presidente Lula em seu discurso de posse para a segunda gestão (2007-2010) anuncia como perspectiva a continuidade de enfrentamento às injustiças contra as camadas mais pobres. São apresentadas as compreensões sobre a necessidade de superação da injustiça e desigualdade de maneira geral. Portanto, comparado ao conteúdo do discurso da primeira posse, as questões raciais estão implícitas, ao considerar o posicionamento de superação das desigualdades e construção de democracia e direitos.

A resposta mais efetiva por parte da gestão do presidente Lula às demandas do Movimento Negro e organização de mulheres negras foi à criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) em 21 de março de 2003.

As bases para a montagem da estrutura da Seppir foram a Convenção Internacional sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação, o Programa Brasil sem Racismo e a

envolvidos e comprometidos com a justiça social no Brasil" (Brasil, 2003).

Assim, iniciou-se um novo ciclo na administração pública, no que diz respeito às políticas de promoção da igualdade racial. A Seppir foi criada como órgão assessor da Presidência da República com status de ministério e, em 2010, foi transformada em Ministério, posteriormente, em 2015, passou a compor o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.

Também o Estatuto da Igualdade Racial, instituído em 20/06/2010 (Lei 12.288/10), referencia a constituição de uma ação efetiva do Estado brasileiro, como base legal para a igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos; e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Nos anos 2000, ocorreram a promulgação de leis como a da obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira no ensino público e privado (10.639/03); o Programa Universidade para Todos – Prouni (concessão de bolsas a alunos pobres, indígenas e negros – 11.096/05); as cotas nas universidades públicas (acesso a alunos pobres, indígenas e negros – 12.711/12); a PEC das Domésticas (66/2012) e a Lei Complementar 150 referindo-se a conquista de jornada de trabalho de 8 horas, licença e salário maternidade, auxílio doença, aposentadoria por invalidez, idade e tempo de contribuição, auxílio acidente de trabalho, pensão por morte entre outras.

Destaca-se, ainda, as iniciativas com relação ao continente africano, sendo impulsionada em várias áreas da política pública. Nesse contexto o ex-ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirma que o Brasil se importa com o continente africano porque a "África é aqui" (ver Ribeiro, 20115). Ainda, a embaixadora Irene Vida Gala (2019), em seu livro Política Externa como Ação Afirmativa, informa que o presidente Lula, entre 2003 e 2006, esteve presente em dezessete países africanos, o que supera referências históricas, pois, somados, todos os presidentes anteriores tinham visitado apenas dez países africanos. Reafirma-se que as visitas, são acompanhadas de formatação de acordos e normatizações, que geram políticas públicas.

A história não é linear, é mutável

Recuperei passagens e fatos que constituíram essa ação política, como re-constatação da realidade. Identifica-se, nas últimas décadas, a ampliação de representação política, de instrumentos e práticas de políticas de igualdade racial. O caminho tem sido moroso e

Não é possível que uma “caneta azul” e a lavagem cerebral imposta pelo atual governo federal destruam tão detalhada e complexa construção. Também temos de compreender que essa realidade é parte de um fluxo maior de desmonte de direitos sociais, econômicos e políticos, duramente construídos antes e depois da ditadura militar, que infelizmente é reanimada.

Voltando-nos ao passado, é possível ver os feitos. Porém, não sejamos ingênuos, é pertinente a crítica de que as conquistas deveriam ser ainda mais amplas. Devemos considerar que tudo é história e fundamento para lutas e vidas futuras!

Mas vamos combinar, né! Não dá pra nos conformarmos em olharmos pra frente e enxergarmos apenas ruínas e retrocessos, pois não há linearidade na construção de agendas políticas.

Temos sim de reforçar a luta cotidiana para garantia de direitos democráticos e justiça social, fortalecer a utopia de ampliação das conquistas e, acima de tudo, investir em mudanças estruturais.

A história já demonstrou a possibilidade da alternância da vida política. Os arranjos governamentais não estão sempre à direita, nem sempre à esquerda. As relevâncias democráticas são construídas a partir de contingências históricas e políticas, portanto, a efetiva mudança é possível, tornando-se importante sulear6 o mundo.

Por fim, concordo plenamente com Mário Maestri (1994) e Darcy Ribeiro (2006) que refletem sobre a necessidade de revisão nacional quanto às questões étnico-raciais. Maestri enfatiza a população negra e Ribeiro a condição dos indígenas7. Ambos nos fazem refletir que é impossível compreendermos as relações étnico-raciais no Brasil se não levarmos em consideração os legados da escravização e da dizimação dos povos indígenas, de maneira negativa, do ponto de vista teórico e político, nos estudos e na vida da sociedade.

Tá registrado, ao longo da história, vários foram os feitos. Estamos atônitos diante dos desfeitos e desmontes. Porém, temos que nos munir de energias para reavaliar os feitos e, se necessário, revê-los e refazê-los. O rumo é, sem dúvida, o reinventar da justiça e da democracia, fazendo jus à formulação “nada sobre nós, sem nós”!

para celebrar Dia Internacional da Mulher 55% das agressões a mulheres

Referências

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. Brancos e Negros em São Paulo: Ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. 4ª ed. São Paulo: Global, 2008.

BONFIM, João Bosco Bezerra. Palavra de Presidente. Os discursos presidenciais de posse de Deodoro a Lula. Brasília: LGE Editora, 2004.

G re ação do Governo Lula na África, 20

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro Educador. Saberes construídos em lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MAESTRI, Mário. O Escravismo no Brasil. São Paulo: Atual, 1994.

leiro Bras

Neg ade,
Biano le M
019.

"Brasil e África: desafios da política de igualdade racial no âmbito nacional e internacional". In: Diálogos Africanos, nº 1, jul/set de 2015.

_____. Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil (1982-2010). Rio de Janeiro:

Deixe um comentário abaixo, sua contribuição é muito importante.

0 comentários Classificar por Mais antigos

Adicione um comentário...

Plugin de comentários do Facebook

Artigos Relacionados

O Rio de janeiro continua... segregacionista

01/03/2021

"Sua raça é resistente à dor": mulheres reforçam racismo em atendimentos médicos

25/02/2021

Alice Hasters – Por que os brancos gostam de ser iguais

25/02/2021

o Ra

VIOLÊNCIA RACIAL E POLICIAL

Software de reconhecimento facial é banido na cidade de

ARTIGOS E REFLEXÕES

Mas afinal de contas, o que deseja a luta antirracista?

EM PAUTA

Senado aprova projeto que ratifica Convenção

Últimas Postagens

Durante XX Fórum de Saúde da População Negra do Município de São Paulo ativista pedem vacina para todos o quanto antes

07/03/2021

- Camila Pitanga estreia "Matriarquia em Processo" com primeira apresentação transmitida online direto de sua casa
- Lideranças femininas falam sobre seus desafios no simpósio Mulheres, Poder e Sociedade
- Lançamenro pesquisa viver em SP no Dia da Mulher
- Abismo feminino
- Direitos Humanos para quem?

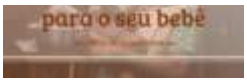
Artigos mais vistos (7dias)

Quando um herói nacional é negro: Abdias do Nascimento e a História que não aprendemos

02/08/2019

O machismo também mora nos detalhes

09/04/2015



Carol Conká, a Karabá do BBB

25/02/2021

Definições sobre a branquitude

10/09/2011

Twitter

"Aconteceu nessa quarta-feira (3) o XX Fórum de Saúde da População Negra do Município de São Paulo com objetivo de dicutir a pandemia e a vacinação para Covid-19 no contexto da população negra."geledes.org.br/durante-xx-for…

Durante XX Fórum de Saúde da População Negra do Município de São Paulo ativista pedem vacina par…

Segundo os idealizadores do evento, “algumas pessoas já tiveram acesso à vacina em todo o país, gerando fotos...

geledes.org.br

Facebook

Curtir Página Saiba mais

Geledés Instituto da Mulher Negra
há 38 minutos

"Aconteceu nessa quarta-feira (3) o XX Fórum de Saúde da População Negra do Município de São Paulo com objetivo de dicutir a pandemia e a vacinação para Covid-19 no contexto da população negra."

GELEDES.ORG.BR

Geledés Instituto da Mulher Negra

GELEDÉS Instituto da Mulher Negra fundada em 30 de abril de 1988. É uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigentes na sociedade brasileira.

Fique em casa

Durante XX Fórum de Saúde da População Negra do Município de São Paulo ativista pedem vacina para todos o quanto antes

07/03/2021

Camila Pitanga estreia "Matriarquia em Processo" com primeira apresentação transmitida online direto de sua casa

06/03/2021

1997 - 2020 | Portal Geledés

BDF ENTREVISTA

“Se o racismo não dá trégua, a luta também não”, diz ex-ministra da Igualdade Racial

A professora Matilde Ribeiro analisa os retrocessos nas políticas de igualdade social em curso no país

Lu Sudré
20 de Novembro de 2020 às 07:57

Ouça o áudio:

24:13

"A passagem que eu tive pelo governo só potencializou minha ação política", diz Matilde Ribeiro, professora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Foto: Pedro Borges/Alma Preta

a máxima de que não na democracia com racismo ”

“Nada de nós, sem nós”. É a partir dessa máxima que Matilde Ribeiro, ministra-chefe da extinta Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), pensa o desenvolvimento de políticas públicas contra o racismo e ecoa as múltiplas vozes do movimento negro.

Frente a pasta criada no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a atuação da assistente social e mestra em Psicologia Social fez com que a luta pela igualdade racial ganhasse mais destaque no Palácio do Planalto no início dos anos 2000.

Foi a partir da criação da Seppir, desmantelada após o **impeachment de Dilma Rousseff**, que as demandas do movimento negro ocuparam a agenda do governo de uma forma inédita até então.

:: Consciência negra em tempos de Bolsonaro: Cultura, ancestralidade e resistência ::

Ao relembrar da imensa lista de reivindicações, ela orgulha-se das conquistas que continuam a gerar frutos em todo país. Entre elas a priorização de políticas voltadas para comunidades remanescentes de quilombos e a implementação de cotas raciais nas universidades públicas.

Hoje, entretanto, o cenário é completamente diferente. Em entrevista ao **Brasil de Fato**, Ribeiro avalia que há um notório retrocesso da pauta racial no governo Bolsonaro, onde não existe nenhum órgão voltado exclusivamente para o desenvolvimento de políticas antirracistas.

“É fundamental que o principal gestor, que é o presidente da República, esteja convencido da importância dessas políticas serem executadas. Enquanto não há credibilidade por parte do gestor, perde-se o direcionamento positivo dessas políticas”, afirma a ex-ministra.

“Ele [Bolsonaro] diz asneiras e insultos e ao mesmo tempo desdiz como se nada tivesse acontecendo. Como se não bastasse, também, há outras áreas dentro do governo que a gestão se vê prejudicada, como a Fundação Palmares, em que o principal dirigente não valoriza o que é a função do órgão. E demoniza o movimento negro, por exemplo”, critica.

Para ela, o Brasil vive as consequências do fortalecimento de setores conservadores que nunca se conformaram com a ascensão de políticas de promoção da igualdade racial.

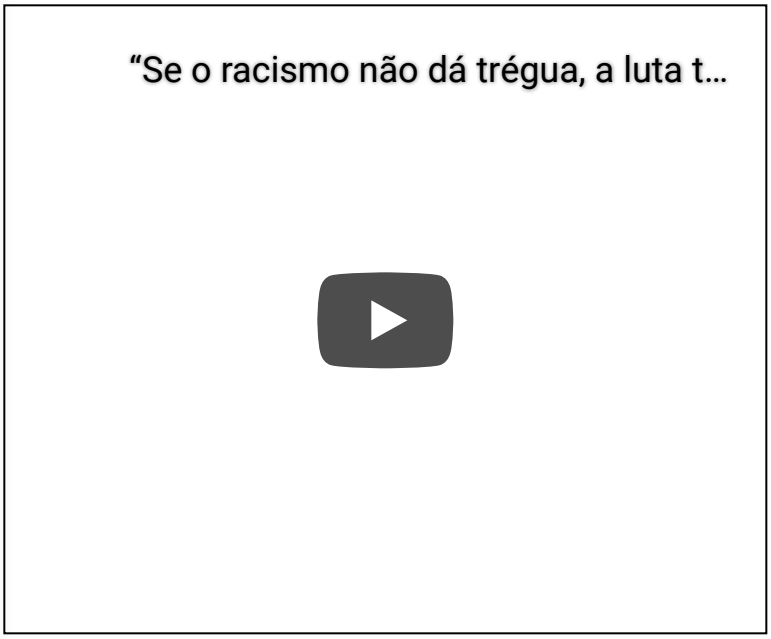
Neste 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, Ribeiro comemora avanços conquistados a partir da articulação do movimento negro, como a distribuição de forma proporcional do dinheiro do Fundo Partidário e do Fundo Eleitoral para candidaturas negras, e o própria eleição de alguma dessas candidaturas no último pleito.

:: Vereadoras negras e trans estão entre as candidaturas mais votadas em 13 capitais ::

Ainda assim, ela ressalta que o combate ininterrupto ao racismo, principalmente em meio a governos conservadores, não deve arrefecer.

“Não é porque estamos com algumas ações em curso que o racismo deixou de existir. Se o racismo não dá trégua, a luta também não. É importante que os processos de luta e de reinvindicações para alterar essa realidade façam parte do cotidiano da sociedade. Não se pode cochilar.”

Confira a entrevista na íntegra.



Brasil de Fato - A senhora foi a primeira ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial aqui no Brasil. O que a criação desse órgão executivo representou para o país e para o movimento negro? Quais foram as principais conquistas da pasta na primeira década dos anos 2000?

Matilde Ribeiro - A criação da Seppir se dá a partir de uma negociação do movimento negro com o PT e mais partidos da coligação da época. Era uma reinvindicação antiga que

Nesse sentido, a lista de reivindicações era imensa. Fizemos uma escolha de um caminho a seguir, que se deu com a priorização de políticas voltadas para comunidades remanescentes de quilombos, para a questão das cotas nas universidades públicas, a questão da educação, considerando que já havia sido votada a lei 10.639 que obriga o ensino da história e cultura afro-americana e afro-brasileira em âmbito nacional.

E a partir dessas, todas as outras reinvindicações a medida que fomos fazendo conexões com diversos ministérios e setores da institucionalidade no Brasil.

Criamos também um fórum chamado Fipir (Fórum Intergovernamental de Políticas da Igualdade Racial) que estabeleceu a conexão do governo federal com os governos locais, estaduais e municipais. Isso ajudou bastante a dinamizar a relação em âmbito nacional.

Também realizamos em 2005 a primeira conferência nacional de promoção da Igualdade Racial. Todas essas ações em conjunto dinamizaram uma agenda política que só crescia a cada ação.

Esse período foi bem dinâmico, bem intenso, no desenvolvimento de políticas. E hoje elas estão adormecidas ou deixadas de lado pelo atual governo.

A política das cotas raciais, aprovada em 2012, ganha um grande destaque social. Como a inserção dessa política impactou a educação brasileira? Foi uma semente que permitiu outros avanços?

A política de cotas é extremamente importante no ensino superior. Antes de sua existência, era raro você encontrar, numericamente, alunos negros ou indígenas, pobres, dentro da universidade.

Com a existência das cotas, houve uma ampliação e hoje em dia esse quantitativo é visível. Mudou a fotografia das universidades públicas.

Eu dou aula hoje na Unilab (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira) criada também com uma medida alternativa. Passa pela política de cotas mas não só, o fundamental é a relação com os países africanos de língua portuguesa.

Então nós temos hoje em uma sala de aula alunos brasileiros, dos interiores, no geral, porque ela fica em duas cidades do interior. Uma na Bahia e outra no Ceará. São alunos quilombolas, indígenas, ribeirinhos, filhos de trabalhadores rurais, trabalhadores rurais e também africanos. A sala de aula é uma grande diversidade.

Mas nas demais universidades, a diversidade também é extremamente importante e as cotas têm garantido isso.

Promove uma oportunidade que, sem as cotas, como mostra a história, seria praticamente impossível. A educação é uma das alavancas para a educação social no nosso país.

Atualmente, é comum o discurso de certos setores da direita que falam em racismo reverso, militam contra as cotas e são revisionistas. Como avalia essas ofensivas contra as pautas do movimento negro?

Isso faz parte de um racismo institucional, incrustrado na vida brasileira, que não só impede a participação da população negra como cidadã de direitos, mas também promove ideias aversivas a essa participação.

O remédio para isso é fazer as coisas acontecerem. E a política de cotas é um excelente exercício porque as universidades brasileiras têm só a ganhar com a garantia da diversidade em seu interior. É um exercício saudável que quebra a lógica desse racismo estrutural e institucionalizado.

Em 2015, a secretaria foi incorporada ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Quais foram as consequências para a política racial com a chegada de Temer à presidência?

A junção de diversas secretarias em uma só significou uma negociação dentro do possível naquele momento mas não necessariamente um avanço. Cada secretaria em si tem uma especificidades e todas juntas não necessariamente se fortalecem. As junções não foram necessariamente uma demanda do movimento negro e sim uma negociação institucional de acordo com o momento da política nacional.

Mas, de qualquer forma, continuou o trabalho e a ministra da época Nilma Lino Gomes tocou esse ministério incorporando as secretarias e fez um trabalho muito louvável. Agora, com o impeachment, com o golpe vivido pela presidenta Dilma e a chegada do Temer, muitas das políticas públicas desenvolvidas desde a primeira gestão do presidente Lula foram enfraquecidas.

> *“Todas as políticas executadas na agenda da Igualdade Racial estão enfraquecidas.”*

Isso é visível, não só quando analisamos as políticas do atual governo, mas também os resultados de políticas na área dos quilombos. Foi feito todo um desenho de implementação de políticas, de valorização da territorialidade e dos direitos das comunidades de quilombos e essa política se vê engessada, paralisada atualmente.

Todas as políticas executadas na agenda da Igualdade Racial estão enfraquecidas. Embora existam leis, tenhamos a Lei de Cotas, o Estatuto da Igualdade Racial, a Lei 10.639, essas leis permanecem existindo mas a execução, a movimentação, a dinamização das políticas refeceu.

Hoje estamos no segundo ano do governo Bolsonaro. Como avalia a pauta racial neste governo com um presidente que acumula declarações racistas em tom jocoso?

O governo Bolsonaro é um governo que se coloca em oposição aos direitos dos cidadãos e de seus direitos sociais. Há perda de direitos em todas as áreas: direitos humanos, saúde, educação, trabalho. São notórios retrocessos. Somando, coloca-se em prejuízo a população no que diz respeito à igualdade racial, com recorte na política pública, a perda é muito grande.

A postura de Bolsonaro se reflete na não implementação de políticas públicas de combate ao racismo? Qual a interferência?

Sim. É fundamental que o principal gestor, que é o presidente da República, esteja convencido da importância dessas políticas serem executadas. Enquanto não há credibilidade por parte do gestor, perde-se o direcionamento positivo dessas políticas. Com isso, perde-se o foco. É o que está acontecendo atualmente.

Ele diz asneiras e insultos e ao mesmo tempo desdiz como se nada tivesse acontecendo. Como se não bastasse, também, há outras áreas dentro do governo que a gestão se vê prejudicada, como a Fundação Palmares, em que o principal dirigente não valoriza o que é a função do órgão. E demoniza o movimento negro, por exemplo.

Relembre: Bolsonaro é condenado a pagar R$ 150 mil por declarações racistas e homofóbicas

Aproveitando o gancho, antes da Secretaria, institucionalmente, apenas a Fundação Palmares, fundada em 1988, tratava exclusivamente da questão racial no país. No entanto, hoje temos Camargo que, como disse, chamou o movimento negro de "escória

Brasil e do povo negro?

É o fortalecimento de setores conservadores que nunca se conformaram com a ascensão de políticas de promoção da igualdade racial e hoje se veem apoiados pelos posicionamentos negativos a existência dessa política. Estamos sob perigo e é preciso uma reação a isso. E a reação só se dá com o enfrentamento do movimento negro e pelos setores democráticos da sociedade.

Mais do que simbólica, a **situação da Fundação Palmares** é o exemplo de uma ação concreta. Uma ação que contradiz uma agenda política que preza que não há democracia com racismo. Contradiz, diariamente, por meio de falácias como essas proferidas por esse senhor.

A senhora esteve longe da vida pública desde que saiu do governo em 2008. Pode comentar sobre esse processo e sobre os fatores que pesaram nessa decisão?

Na verdade não foi uma decisão por afastamento, foi um afastamento compulsório uma vez que eu estava na secretaria e, por um engano administrativo, tive que pedir demissão. Considerando que o próprio tempo provou que não havia nenhuma irregularidade mas naquela época não tive saída.

> *Fui perseguida pela mídia, por setores conservadores.*

Dei sequência a minha vida. Voltei a estudar, fiz o doutorado, trabalhei na Prefeitura de São Paulo na mesma área que trabalhava no governo federal. Prestei concurso, ingressei na Unilab. Não foi uma parada, foi uma mudança de estratégia. Hoje atuo como professora universitária por meio de um concurso público.

Na verdade eu fui perseguida pela mídia, por setores conservadores que nunca valorizaram o governo Lula em sua trajetória. Qualquer questão considerada sujeita de crítica era potencializada. No meu caso, não houve uma irregularidade e sim um erro administrativo que poderia ter sido sanado caso não tivesse uma perseguição midiática. Foi isso que aconteceu e valeu o aprendizado. A passagem que eu tive pelo governo só potencializou minha ação política.

Uma pesquisa do IBGE durante a pandemia mostrou que mulheres e negros são os mais afetados pelo coronavírus. O cenário também se repete nos Estados Unidos, onde negros

Em uma pandemia, todos nós estamos sujeitos a sermos infectados. Agora os setores que mais padecem são os vulneráveis, os que tem menos acesso a bens e serviços. Com isso, alastra-se, potencializa-se a doença em situações de vulnerabilidade. É uma tendência presente nos países em que a desigualdade também se apresenta do ponto de vista racial, não só social.

Escancara que as pessoas que tem maior acesso a tratamentos de saúde, com melhores recursos, tendem a coibir as doenças. E os setores que não têm esse acesso ficam vulneráveis. Essa é lógica. Por isso temos que ter cuidados redobrados em busca de tratamento e denunciar esse fosso histórico racial e social.

A desigualdade é muito grande em nosso país e as populações historicamente discriminadas tendem a sofrer mais os impactos negativos. Seja da pandemia ou em situações de violência e perseguições sociais.

Ainda que o contexto seja de retrocesso, há conquistas como a aprovação da distribuição da verba partidária para candidatos negros. Qual a importância dessa decisão e de sua aplicação nas eleições 2020, em meio à crise socioeconômica sem precedentes?

De décadas para cá, as campanhas foram crescendo de maneira midiática e isso tem custo. Candidaturas oriundas de movimentos sociais, de lideranças populares, são bem vindas sempre mas não vêm acompanhadas de recursos para sua sustentação.

Uma normatização para a redistribuição dos recursos de campanha é extremamente importante porque cria maiores condições de participação desses setores menos empoderados historicamente. É a garantia de oportunidades. É fundamental que isso ocorra.

Dados do TSE registraram que 49,9% dos candidatos neste pleito se autodeclararam pretos ou pardos, uma situação que pode ser considerada ligeiramente mais condizente com o perfil demográfico do brasileiro, ainda que haja alguns questionamentos. Tivemos também mulheres negras eleitas entre as dez mais votadas em algumas capitais do país. Como avalia esses números?

Nós aprendemos ao longo da atuação do movimento negro que temos que contar com o apoio dos partidos e de candidaturas das mais diversas em relação a questão racial mas é extremamente importante que os negros estejam se colocando como candidatas e candidatos, considerando a frase emblemática: "Nada de nós, sem nós".

masculino, pessoas de mais idade. ”

Nesse sentido, esse crescimento de candidaturas é bem saudável. No que diz respeito às mulheres negras, houve uma ação política efetiva para que esse aumento acontecesse. A partir da Marcha Nacional de Mulheres Negras ocorrida em 2015, as mulheres começaram a entender que era hora de se fazer presente como candidatas. Então, as mulheres negras estão numericamente mais presentes por uma deliberação de ação política.

A tendência não é naturalmente de crescimento. Depende muito da persistência e da manutenção do posicionamento político dos movimentos sociais para a garantir desses espaços. Naturalmente o poder no Brasil tem um perfil: é branco, é masculino, pessoas de mais idade. Estão de fora os jovens, as mulheres, os negros, os indígenas, esta é a lógica. E para quebrar essa lógica é preciso ter determinação política e persistência na garantia dessa presença. Coisa que está neste momento eleitoral mas deve continuar nos demais.

Nos últimos anos, e principalmente com o assassinato de Marielle, o movimento negro e suas pautas ganharam ainda mais protagonismo. O levante antirracista internacional após a morte de George Floyd também deu uma mensagem ao mundo contra a violência policial. Na sua opinião, qual a perspectiva para essa articulação? Principalmente frente a candidatos de extrema direita como Donald Trump e Bolsonaro.

As reações de movimentações sociais de comunidades negras depois dos Estados Unidos e no mundo após os assassinatos são bastante positivas. Não dá pra vermos a injustiça acontecer e continuarmos de braços cruzados.

Os contrapontos em relação aos políticos conservadores como Trump e Bolsonaro são múltiplos. A reação é múltipla, não só do movimento negro mas de setores que buscam a construção de uma agenda democrática.

“ *Se o racismo se mantém em pé é porque ele é levado a frente por setores conservadores, de direita.* ”

Eu acredito na soma de energia e potencialidades. Potencialidades das mulheres, de indígenas, de trabalhadores. Essa soma que vai dar um caldo mais forte de contestação e de busca de diluição do conservadorismo. Isso se faz ao longo de períodos e não de uma só vez.

momentos com fragilidades, mas isso faz parte do processo de organização da luta.

Se o racismo se mantém em pé é porque ele é levado a frente por setores conservadores, de direita, em especial. Temos sempre que nos colocar na reação e na busca da desconstituição do papel da direita.

A eleição de Biden nos EUA foi muito impulsionada pela escolha da Kamala Harris. Uma mulher filha de pai jamaicano e mãe indiana eleita vice presidente. Como enxerga essa vitória? Acredita que pode ser reproduzida em outros países, indica uma tendência?

É muito importante do ponto de vista simbólico e concreto termos essa representação, que nos encena pessoas que representam setores historicamente discriminados. Se nos Estados Unidos já tivemos um presidente negro e agora uma vice presidenta negra, é possível sim que isso ocorra em outros lugares, inclusive no Brasil.

É importante para ficarmos alertas que esse fato, que essa vitória muito significativa, possa se repetir muitas e muitas vezes. A política não é linear, tem altos e baixos, mudanças de rota. É importante nos atermos a essas mudanças de rota e que essas sirvam para impulsionar lutas democráticas.

Neste Dia da Consciência Negra, em 2020, qual mensagem deve ser ecoada e o que esperar para o Brasil dos próximos anos no que tange a questão racial?

Primeiro que a luta é contínua. Mesmo que estejamos vivendo momentos de arrefecimento e perdas, isso não significa que será para vida toda. É importante reforçar as lutas democráticas e acreditar na máxima de que não há democracia com racismo.

E para os próximos períodos, apostar no que já construirmos. Não estamos zerados do ponto de vista de aprendizados em relação às políticas públicas democráticas do ponto de vista da igualdade racial. Devemos ter em mente que são períodos de conquistas, recuperação destas e ampliação. Essa tem que ser a lógica para a garantia de mudança.

Comparando o início dos anos 2000, onde a senhora chefiava uma secretaria do Poder Executivo criada para combater o racismo, com o que vivemos hoje, é possível dizer que o mito da democracia racial brasileira está escancarado? Vivemos em uma sociedade menos racista do que há 20 anos atrás?

Acredito que estamos vivendo situações que nos colocam em marchas de mudança, como as cotas, como as políticas para os quilombos, a Lei 10.639, a eleição de candidatos negros...

> *Todo dia é dia de luta.*

Não é porque estamos om algumas ações em curso que o racismo deixou de existir. Se o racismo não dá trégua, a luta também não. É importante que os processos de luta e de reinvindicações para alterar essa realidade façam parte do cotidiano da sociedade. Não se pode cochilar.

É sempre bom falar sobre esse tema. Uma das formas de combatê-lo é trazê-lo para a ordem do dia. Importante fazer isso em datas como o 20 de novembro mas em qualquer dia do ano. Todo dia é dia de luta.

O olhar atento aos atos racistas é o que faz com que as reações políticas ocorram e que essas atitudes sejam coibidas. É uma bola de neve que está sempre em movimentação.

Edição: Rodrigo Chagas

44

PROGRAMAÇÃO DA RÁDIO
SEJA UMA RÁDIO PARCEIRA
QUEM SOMOS
FALE CONOSCO

TODOS OS CONTEÚDOS DA RÁDIO BRASIL DE FATO PODEM SER BAIXADOS E TRANSMITIDOS, DESDE QUE NÃO SEJAM ALTERADOS E QUE SE DEEM OS DEVIDOS CRÉDITOS

CADASTRE-SE E RECEBA NOSSO BOLETIM

Campus Santo André - Vista Avenida dos Estados

A ponte Brasil-África nas palavras de Matilde Ribeiro

Like 0 Share

Share

"É impossível compreender o Brasil sem compreender a escravidão". A frase foi dita pela adjunta da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepir) da Prefeitura de São Paulo e ex-ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do governo Lula, Matilde Ribeiro, em palestra na UFABC, no último dia 2 de setembro. Ela discorreu sobre o tema "Raízes e atualidades da relação Brasil e África", a convite dos Bacharelados em Relações Internacionais e Políticas Públicas. Sua intervenção foi dividida em quatro tópicos: o passado escravista, as características e dinâmicas geopolíticas e sociais, os costumes e a dimensão política da nossa dívida com a África.

A abolição dos escravos, segundo ela, não se deu "porque num belo dia a nossa princesa Isabel acordou de bom humor e decidiu assinar a Lei Áurea". O sistema, de acordo com a ex-ministra, teve seu fim graças exigências da sociedade da época e da Inglaterra. O fim do trabalho compulsório não acarretou uma integração dos libertos à sociedade. "Após a Lei dos Sexagenários e a Lei do Ventre Livre, os até então idosos e crianças escravos não tinham mais onde morar e se tornaram os primeiros mendigos do país", afirmou.

Matilde Ribeiro e Prof. Dr. Vitor Marchetti

Presença histórica

A escravidão esteve presente na maior parte da história do Brasil, ao longo de quase quatro séculos. A primeira relação Brasil-África, segundo Matilde, começou com a invasão portuguesa ao Brasil. Ao não conseguirem domesticar os índios que aqui viviam, os europeus passaram a importar negros para o trabalho compulsório.

A história africana, nas palavras de Matilde Ribeiro, não é muito estudada nas escolas, sejam públicas ou privadas. Assim, muitas vezes, os brasileiros se referem à África não como um continente repleto de diversidades étnicas e históricas, mas como um grande país, sem diferenças culturais internas.

O continente conta com 54 países independentes, cujas fronteiras foram delimitadas pelos colonizadores europeus. Possui grande diversidade de recursos naturais, alvo freqüente da cobiça externa. Sua população, de cerca de um bilhão de habitantes, é geralmente tratada de forma estereotipada.

Pobreza

Para a palestrante, a pobreza que assola o continente não é inerente à África em si, e sim um resultado das longas explorações sofridas.

Para exemplificar a diversidade do continente, Matilde citou a Nigéria, que abriga mais de 250 dialetos, como exemplo. A cultura local é transmitida de forma oral e há falta de conhecimento sobre sua história.

Ela chamou atenção para os nomes dos negros trazidos para o Brasil. Muitos não tinham sobrenome ocidental e acabavam usando o dos antigos donos. Silva, por exemplo, é um apelido de origem lusitana, adotado por diversos escravos à época da Abolição.

Público presente

Compensação

Para tentar compensar o sofrimento do passado, Matilde defende a ideia de que essa dívida social tem que ser paga através de políticas públicas, como as políticas de cotas.

A palestra, mediada pelo coordenador do Bacharelado de Políticas Públicas Vitor Marchetti, contou com cerca de 150 participantes, entre professores, alunos e não alunos da UFABC.

Canal do BRI no Youtube
Assista, acompanhe e compartilhe os vídeos do BRI.

Professores comentam as RIs

PARA O DEBATE: O Brexit e a farsa do projeto europeu

Relatório de Atividades BRI

O BRASIL NO MUNDO
Preparando para a nova inserção

Últimas Notícias

- Professor do BRI ganha Bolsa Produtividade CNPq
- CEDEM - Política externa para a África como instrumento de ação afirmativa contra o racismo
- Aquisição do acervo do Professor Dr. Tullo Vigevani
- Palestra - Sobre a Catalunha Hoje
- Matrícula 2018.1

Prof. Dr. Giorgio

Crédito imagens: Monitoras Bacharelado em Políticas Públicas

Sunday the 7th. . Joomla 3.0 Template by JoomlaSkins